26/03/2025

18:22

Empresa interessada em participar da licitação encaminhou o seguinte pedido de esclarecimento:

“Tendo em vista o edital cujo objeto é: prestação do serviço de Estoquistas (Almoxarifes) e de Auxiliares de Movimentação de Carga, solicitamos os esclarecimentos que seguem:

1. O edital supra está sendo licitado para 05 anos, porém como é sabido os índices da comprovação da qualificação econômico financeira deverá ser verificada de acordo com o último balanço vigente e desta feita o cálculo deverá ser com o estimado anual da contratação. Sendo assim questionamos:

1.1) Para comprovação do item 7.3, c do edital CCL de 16,66% e comprovação do PL de 10% deverão as licitantes realizarem o cálculo de acordo com o estimado anual da contratação confere?

Caso contrário o cálculo ficará em desacordo com o balanço patrimonial e com isso prejudicial a todas as licitantes.”

O Pedido de esclarecimento foi encaminhado à Assessoria Jurídica de Contratações deste Regional, que assim se manifestou em seu Parecer nº 152/2025, documento nº 6253800 do SEI:

1. Trata-se de pedido de esclarecimento formulado pela empresa Elo Administração & Terceirização, fundamentado no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 16 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022, nos seguintes termos:

Tendo em vista o edital cujo objeto é: prestação do serviço de Estoquistas (Almoxarifes) e de Auxiliares de Movimentação de Carga, solicitamos os esclarecimentos que seguem:

1. O edital supra está sendo licitado para 05 anos, porém como é sabido os índices da comprovação da qualificação econômico financeira deverá ser verificada de acordo com o último balanço vigente e desta feita o cálculo deverá ser com o estimado anual da contratação (sic). Sendo assim questionamos:

1.1) Para comprovação do item 7.3, c do edital CCL de 16,66% e comprovação do PL de 10% deverão as licitantes realizarem o cálculo de acordo com o estimado anual da contratação confere?

Caso contrário o cálculo ficará em desacordo com o balanço patrimonial e com isso prejudicial a todas as licitantes.

2. Os autos vieram a esta Assessoria Jurídica de Contratações (AJUC) para manifestação acerca da dúvida suscitada pela empresa, de sorte a subsidiar o agente de contratação em sua resposta.

3. Feita o breve relato, seguem as considerações.

II - FUNDAMENTAÇÃO

4. Inicialmente, ressalte-se que a presente análise restringe-se à questão jurídica suscitada, sem juízo de conveniência e oportunidade desta unidade.

5. O cerne da questão posta ao descortino se relaciona com a fase de planejamento da licitação, motivo pelo qual a presente fundamentação se dará sob dois enfoques, em razão da interdependência de duas perspectivas sobre a matéria:

- a) justificativas para exigências relativas à habilitação;
- b) base de cálculo dos critérios de habilitação econômico-financeira.

II.1 - Justificativas para exigências relativas à habilitação

6. Em primeiro lugar, ressalte-se que é imprescindível que as exigências relativas à habilitação sejam alvo de justificativas, haja vista que impõem restrições à participação nas licitações. Em razão disso, impõe-se que haja a necessária harmonia entre os respectivos requisitos postos no edital, a natureza do objeto do certame e o mercado em que inserida a contratação.

7. De um lado, mencione-se que a eleição de requisitos de habilitação desproporcionais, excessivos ou desnecessários podem resultar em restrição à competitividade, potencializando o risco de contratações com preços mais elevados ou sujeitando o procedimento a questionamentos e consequente paralisação. De outro lado, requisitos de habilitação insuficientes têm o condão de abrir espaço para contratação de empresa que não reúna condições para a fiel execução da avença, podendo implicar inexecução contratual, com todas as suas consequências nefastas.

8. O que ora se afirma se assenta, dentre tantos outros dispositivos, no art. 62 da Lei nº 14.133/2021, cujo caput assim preceitua:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: [...] (destacado)

9. Na mesma direção, colhe-se o enunciado da Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), de seguinte teor:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

10. Ainda nesse sentido, veja-se o seguinte recorte do Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, em cujo subitem 5.5 se lê[1]:

As exigências devem ser limitadas às condições imprescindíveis para o satisfatório cumprimento do objeto licitado, não sendo permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias, irrelevantes e indevidamente restritivas ao caráter competitivo.

Os requisitos de habilitação devem ser definidos, de forma motivada, ainda na fase preparatória do processo licitatório e estar compatíveis com a natureza e a relevância do objeto licitado

11. Por fim, vale a advertência da Advogada-Geral da União Caroline Marinho Boaventura Santos:[2]

Não é demais reforçar, assim, que a prova de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo deverá ser exigida proporcionalmente, na medida em que considerada indispensável à avaliação da aptidão econômica do licitante em dar cumprimento às obrigações que assumirá em decorrência da adjudicação e efetiva contratação do objeto licitado.

12. No caso específico da habilitação econômico-financeira, anote-se que o dever de fundamentar os requisitos escolhidos em cada contratação encontra-se prescrito pelo caput do art. 69:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: (destacado)

13. Estabelecida a premissa sobre a necessidade de existência das devidas justificativas nos autos dos processos licitatórios, constata-se que os requisitos de habilitação devem ser estabelecidos, como regra, na fase de planejamento do certame, em especial, no termo de referência, conforme se extrai do referido Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), notadamente do seu subitem 4.3 (Termo de Referência), dentro do qual o subitem 4.3.8, que trata das "Formas e critérios de seleção do fornecedor", assim esclarece quanto ao ponto:

Por fim, também devem ser definidos:

[...]

d. requisitos para as habilitações, jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, que demonstrem que os licitantes possuem condições técnicas e econômicas para executar o objeto, que estão adimplentes com suas obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, e que têm condição jurídica de assumir os direitos e obrigações do contrato. Vale mencionar a equipe de planejamento é mais apta a indicar os requisitos de habilitação, sobretudo critérios de habilitação técnica e econômico-financeira;

14. Disposição semelhante encontra-se no subitem 2.8, a, do Anexo V da Instrução Normativa nº SEGES nº 5/2017:

ANEXO V

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

[...]

2.8 Critérios de seleção do fornecedor:

a) Definir os critérios de habilitação indicados para a contratação, atentando para:

a.1. analisar e identificar os critérios de qualificação econômico-financeiras a serem exigidos, considerando a prestação dos serviços e os riscos da contratação;

a.2. analisar e identificar os critérios de qualificação técnica a serem exigidos, considerando a prestação dos serviços e os riscos da contratação;

[...]

15. A presente exposição quanto a este ponto tem por finalidade apenas contribuir para o desfecho da controvérsia apresentada no pedido de esclarecimento, não se constituindo, nesta oportunidade, em definição acerca das questões internas suscitadas sobre o tema por meio do SEI nº 0001656-08.2025.6.13.8000.

II.2 - Base de cálculo dos critérios de habilitação econômico-financeira

16. Prosseguindo nesta breve manifestação, resta definir a base de cálculo que será utilizada para fins de aferição dos critérios de habilitação econômico-financeira das

empresas licitantes, notadamente se deverá ser considerado o valor anual ou o valor total (considerando, nesta hipótese, o período total da vigência contratual) da contratação.

17. Sob a égide de legislação pretérita (Lei nº 8.666/1993), registre-se que a jurisprudência do Plenário do TCU fixou-se no sentido de limitar a incidência dos índices contábeis sobre o valor anual da contratação (ainda que a respeito de contratações com prazo de vigência superior), sob o fundamento de potencial restrição ao princípio da competitividade na hipótese em que estabelecido o valor total da avença para tal desiderato (a esse respeito, vejam-se os Acórdãos nºs 2268/2022; 2763/2016, 1214/2013 e 1335/2010, os três últimos mencionados na fundamentação do primeiro).

18. Ainda nesse sentido, pontue-se a Súmula nº 37 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que fora aprovada pela Resolução nº 10 de 15 de dezembro de 2016, portanto, em harmonia com a legislação anterior:

SÚMULA Nº 37

Em procedimento licitatório para contratação de serviços de caráter continuado, os percentuais referentes à garantia para participar e ao capital social ou patrimônio líquido devem ser calculados sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses. (destacado)

19. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, editou a Instrução Normativa STJ/GDG nº 23/2019[3] e, no art. 10, estatuiu:

Seção II

Das condições de habilitação econômico-financeira

Art. 10. Nas contratações de serviços continuados com preponderância de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, os editais/contratos devem exigir os seguintes indicadores para fins de habilitação econômico-financeira:

I – liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a um;

II – capital circulante líquido ou capital de giro (ativo circulante – passivo circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor anual estimado da proposta; (destacado)

III – patrimônio líquido não inferior a 10% do valor anual da proposta e superior a 1/12 do valor total constante na declaração de contratos; (destacado)

IV – justificativa da entidade interessada caso exista diferença superior a 10%, para mais ou para menos, entre o valor total da declaração de contratos e a receita bruta discriminada na demonstração do resultado do exercício (DRE)

20. A título de esclarecimento, registre-se que o referido valor (anual ou total) pode se referir tanto ao valor estimado da contratação (nos estritos termos da lei) ou, em

interpretação teleológica, de maneira a guardar maior correlação possível entre o objetivo da lei e a realidade, ao valor da proposta, equivalente ao valor efetivo da contratação, tal como ora consta no Edital sob exame.

21. Observado o entendimento prevalecente sob a égide da Lei nº 8.666/1993, impõe-se, agora, apreciar a matéria sob o enfoque da nova legislação sobre licitações, notadamente das regras insertas no § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e no subitem 11.1, alíneas b e c do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017:

LEI 14.133/2021

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

[...]

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (destacado)

IN SEGES 5/2017

ANEXO VII-A

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

[...]

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; (destacado)

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta; (destacado)

22. Nesse passo, mostra-se pertinente a observação de que a Lei nº 14.133/2021 alterou significativamente a disciplina da vigência dos contratos administrativos, pois, se na Lei nº 8.666/1993 havia um rigor maior quanto à adequação do prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços de natureza continuada ao princípio da anualidade orçamentária, o novo regime mostra-se mais flexível, permitindo a sua fixação já por período de até 5 anos, com possibilidade de sua extensão até o

limite decenal.

23. A mencionada disciplina da vigência dos contratos administrativos sob a luz da Lei nº 8.666/1993 talvez tenha conduzido, com maior ênfase, à interpretação até então adotada, de eleger o valor anual do contrato como base de cálculo dos índices contábeis, embora se reconheça que a fixação dos critérios de habilitação econômico-financeira é tarefa mais complexa, compreendendo o confronto das características intrínsecas à contratação com o rol de documentos exigíveis para comprovar a boa saúde econômico-financeira da empresa, nos termos do subitem 11.1 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 5/2017.

24. Em pesquisa realizada na Rede Mundial de Computadores não se encontrou decisões do TCU abordando o assunto nos termos da Lei nº 14.133/2021. Entretanto, identificou-se ato normativo disciplinando as contratações realizadas no âmbito administrativo do TCU, isto é, a Portaria-TCU nº 121/2023, cujo art. 79, II e IV, fixou o valor da proposta como base cálculo do patrimônio líquido e demais indicadores ali constantes, o que revela medida, em princípio, distinta da jurisprudência daquela Corte de Contas:

Seção V

Da qualificação econômico-financeira

Art. 79. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a qualificação econômico-financeira será fixada mediante comprovação:

I - de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a um;

II - de Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% do valor da proposta; (destacado)

III - de que um doze avos do valor total dos contratos firmados com a administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do processo licitatório, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante;

e IV - de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (CG) (Ativo Circulante - Passivo Circulante) igual ou superior a 16,66% do valor da proposta, deduzidos os insumos de serviços. (destacado)

25. No modelo de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União (AGU) a disciplina foi da seguinte forma:[4]

Qualificação Econômico-Financeira[A1]

1.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

1.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

1.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

1.3.1 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de [definir percentual, limitado a 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].[A2] (destaque do original)

OU

1.3.2 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

1.3.3 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; (destacado)

26. As Notas Explicativas sobre esse ponto elaboradas pela AGU, corroboram o posicionamento adotado:

[A2]Nota Explicativa 1: Não podem ser cumulativas as exigências de capital mínimo e de patrimônio líquido mínimo, razão pela qual a Administração deverá escolher motivadamente entre uma das duas opções. Caso, entretanto, se trate da contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, deverá ser exigida, cumulativamente, a comprovação do Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66%, e do patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, independentemente do resultado dos índices de Liquidez e Solvência, com base no item 11, "b" e "c", do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n.º 98/2022. (destacado)

Nota Explicativa 2: A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e deve ser proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, entre outros fatores, o valor do contrato, a essencialidade do objeto, o tempo de duração do contrato. (destacado)

A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

27. Na pesquisa realizada, foram coligidas, ainda, algumas licitações realizadas pelo:

- TCU: Pregões Eletrônicos nº 5 e nº 13/2025, nos qual se adotou o critério anual, com a vigência contratual estipulada de 12 meses;
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE): Pregões Eletrônicos nº 90035 e nº 90038/2024, para os quais foi fixado o critério anual, sendo a vigência de 5 anos;
- TRE-SP: Pregão Eletrônico nº 90018/2025, em que foi empregado o critério anual, compatível com a vigência contratual original; e
- TRE-PR: Pregões Eletrônicos nº 90001/2025 e nº 90042/2024, nos quais a base de cálculo foi o valor estimado da contratação, sendo que o prazo de vigência era 48 e 60 meses, no primeiro, e de 30 meses, no segundo.

28. Nessa amostragem, apenas o TSE adotou, de maneira expressa, o valor anual do contrato, mesmo que nas situações em que o prazo de vigência foi de 5 anos. O TCU e o TRE-SP, nos dados levantados, fixaram o critério anual, porém de acordo com o prazo inicial de vigência, que foi de 12 meses. Já o TRE-PR estabeleceu como base cálculo o valor referente a todo o período de vigência do contrato.

29. Como se vê, a despeito do caráter controvertido do tema, a praxis administrativa também se coloca, em alguma medida, pela possibilidade de utilização do valor total do contrato para incidência dos índices contábeis, tal como este Tribunal estipulou no Edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2025, ora sob exame:

7.3. Qualificação Econômico-Financeira

[...]

c. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

- capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor efetivo da contratação; (destacado)

- patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação; (destacado)

30. A pesquisa realizada revela a complexidade que o assunto encerra. A doutrina não tem se debruçado sobre essa especificidade da matéria e a jurisprudência é, da mesma forma, escassa. Por ora, entende-se que melhor será acolher a jurisprudência do TCU, ainda que editada sob a luz da legislação anterior, mas cujo racional se mantém no sentido de prestigiar o princípio da competitividade, evitando-se a fixação de critérios de habilitação econômico-financeira que possam afastar potenciais interessados. Trata-se de adotar o entendimento do órgão de controle externo, pela óbvia razão de que este Tribunal é seu jurisdicionado.

31. Este posicionamento, a respeito da adoção, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, do valor anual da contratação como base de cálculo a ser utilizada para fins de aferição dos critérios de habilitação econômico-financeira das empresas licitantes, foi fundamento por Franklin Brasil, Auditor da Controladoria-Geral da União (CGU) e Coordenador do Núcleo de Apoio aos Compradores Públicos (NELCA), importante comunidade jurídica que aborda questões gerais sobre as contratações públicas no País, nos seguintes termos:

Outro aspecto relevante é a capacidade econômica em vigência inicial superior a 12 meses, no caso de serviço ou fornecimento continuado. Há entendimento de que os requisitos devem se pautar pelo valor estimado para 12 meses, mesmo quando o prazo do contrato for superior a este período (Acórdãos TCU nº 1335/2010-P e 2268/2022-P).

Essa lógica tem a ver com o fato de que a vigência inicial superior a 12 meses não deve afetar, em tese, o requisito de qualificação econômico-financeira mínima.

Observemos, por exemplo, o Capital Circulante Líquido (CCL), ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante).

A origem desse requisito nas contratações federais envolvendo dedicação exclusiva de mão de obra remonta ao Acórdão 1214/2013-P, o qual trata o CCL mínimo como o suficiente para “honrar no mínimo 2 (dois) meses de contratação sem depender do pagamento por parte do contratante”. Então, a base correta para esse requisito não é o valor estimado da contratação, quando o contrato prevê mais de 12 meses de vigência inicial. O correto, nesse caso, será exigir o CCL correspondente a 16,66% do valor estimado relativo a 12 meses de execução contratual. Assim foi realizado no Pregão 64/2015 do próprio TCU, que licitou serviço de limpeza por 30 meses. Tanto CCL quanto Patrimônio Líquido foram previstos em relação ao valor anual.

A NLL trouxe esse entendimento explícito para a garantia contratual (art. 98, § único) e para os limites de benefícios para micro e pequenas empresas (art. 4, § 3º). Em ambos, a Nova Lei definiu que em contratações com prazo de vigência superior a 1 ano, será considerado o valor anual do contrato.

É plausível argumentar que, se para garantia contratual e para os limites da LC 123 foi previsto o valor anual como parâmetro, a lógica parece apontar que os demais requisitos de habilitação acompanhem esse mesmo racional.

Sintetizando, defendemos que objetos continuados com vigência inicial superior a 12 meses, tenham requisitos de qualificação econômico-financeira baseados no valor anual estimado.[5] (destacado)

32. De todo modo, cabe realçar que, para se chegar à eleição dos requisitos de habilitação, a unidade competente haverá de justificar a escolha, inclusive quanto à adoção do percentual máximo de 10% previsto no § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, considerando o teor da parte final da Nota Explicativa (A2) do modelo de termo de referência da AGU mencionado no parágrafo 27 desta manifestação.

33. Neste panorama, adotando-se a interpretação de que a base de cálculo dos percentuais indicados, dentre outros, no § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, deve ser o valor anual estimado da contratação ou, na forma adotada pelo Edital de

Pregão Eletrônico nº 90014/2025, valor efetivo da contratação (limitado ao período de 1 ano), o resultado será uma significativa modificação dos critérios de habilitação econômico-financeira.

34. Por conseguinte, revela-se necessária a oitiva da Equipe de Planejamento da contratação (ou de outra unidade administrativa que a Secretaria de Gestão Administrativa eventualmente reputar como competente para tanto) a respeito da matéria, com a finalidade de aferir, de maneira justificada, se os requisitos de habilitação econômico-financeira permanecem suficientes para a seleção de empresa detentora de capacidade para a boa e fiel execução do futuro contrato.

III - CONCLUSÃO

35. Ante o exposto, opina-se para que seja adotado o entendimento indicado nos parágrafos 33 e 34 do presente Parecer, nesta e nas demais contratações realizadas por este Tribunal para prestação de serviços contínuos, devendo ser alterado o subitem 7.3, c, do Edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2025, com as consequências daí advindas.

36. Por derradeiro, considerando que essa alteração afetará a formulação das propostas, na medida em que o novo cenário poderá atrair ao certame um quantitativo maior de interessados, reputa-se ser conveniente nova divulgação do edital, nos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

37. É o parecer.

Mateus Tavares Rabelo

Assistente Jurídico

Hamilton José Rodrigues de Lima

Assessor Jurídico de Contratações

[1] TCU. Tribunal de Contas da União. Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 5ª ed. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2024. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual->

ou-tutorial/licitacoes-e-contratos-orientacoes-e-jurisprudencia-do-tcu, p. 338.
Acesso em: 24 mar. 2025.

[2] Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Lei 14.133/2021 Comentada por Advogados Públicos/ organizador Leando Sarai. São Paulo: Editora JusPODIVM. 2021. p. 822.

[3] Alterada pela IN STJ/GDG, de 7 de julho de 2022

[4] AGU. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. Modelos de Licitações e Contratos: Termo de Referência Prestação de Serviços com Dedicção Exclusiva de mão de obra. Lei 14.133 (dez/2023). Brasília: Advocacia-Geral da União, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-econcorrenca>. Acesso em: 25 mar. 2025.

[5] Disponível em: <https://gestgov.discourse.group/t/base-de-calculo-dos-indicadores-minimos-de-qualificacao-economico-financieira-deve-continuar-a-corresponder-ao-valor-anual-estimado-ou-valor-estimado/31173>. Acesso em: 25 mar. 2025.